

Wilson Accioli de Barros Filho

ACORDOS ADMINISTRATIVOS PÚBLICO-PRIVADOS

Delineamentos teóricos e prática nos Precatórios

Prefácio: Gustavo Justino de Oliveira

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2020

Copyright © 2020 by Wilson Accioli de Barros Filho

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

B277a

Barros Filho, Wilson Accioli de

Acordos administrativos público-privados : delineamentos teóricos e
prática nos precatórios / Wilson Accioli de Barros Filho. – Rio de Janeiro
: Lumen Juris, 2020.

400 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 359-383.

ISBN 978-85-519-1727-5

1. Direito administrativo. 2. Processo administrativo. 3. Administração
pública. 4. Negociação. 5. Consenso. I. Título.

1175975

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio	1
Apresentação	5
Introdução	7
Metodologia	11
1. Os Acordos no Direito Administrativo Brasileiro: Contextualização Teórica e Natureza Jurídica	15
1.1 Contextualização teórica: em busca do conteúdo jurídico da consensualidade na Administração Pública	15
1.1.1 Nota introdutória: alguns dos elementos teóricos do consenso-jurídico	31
1.2 O acordo administrativo no Brasil: uma proposta de autonomização jurídica do instituto	45
1.2.1 A natureza jurídica dos acordos administrativos público-privados	55
1.2.1.1 Premissas negativas: desconstruindo a fungibilidade instrumental do agir administrativo	82
1.2.1.1.1 Acordo administrativo X Contrato administrativo	86
1.2.1.1.2 Acordo administrativo X Ato administrativo	96
1.2.1.2 Premissas positivas: a identificação do acordo administrativo no instrumental jurídico da Administração Pública	109
1.2.1.2.1 Acordo como instrumento de ação pública	109
1.2.1.2.2 Acordo como instrumento de resolução de conflitos	118
1.3 Síntese do capítulo	130

2. Parâmetros Fundamentais: Delineamentos Dogmáticos para a Construção de um Regime Jurídico Autônomo dos Acordos Administrativos	135
2.1 A consensualidade como requisito indissociável do acordo: a reserva de consenso enquanto sustentação da paridade relacional público-privada	136
2.2 Princípios informadores do acordo administrativo público-privado	144
2.2.1 Segurança jurídica, estabilidade, confiança legítima e boa-fé objetiva	145
2.2.2 Juridicidade: vinculação recíproca e garantia de cumprimento dos termos do acordo.....	159
2.2.3 Devido processo legal formal e material: a base jurídica do processo de negociação	167
2.2.4 Deferência ao mérito do acordo administrativo pelos órgãos de controle.....	189
2.3 Síntese do capítulo	206
3. O Sistema Jurídico-Constitucional dos Precatórios Requisitórios Judiciais: Análise a Partir das Prerrogativas Processuais da Fazenda Pública	209
3.1 Breve compreensão do instituto: contextualização, conceito e características	210
3.2 Precatório e dívida pública: apontamentos críticos à luz das prerrogativas processuais da Fazenda Pública.....	228
3.3 A fuga dos precatórios.....	241
3.3.1 Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas.....	242
3.3.2 Arbitragem.....	251
3.4 Mecanismos constitucionais substitutivos ao pagamento de precatório	260
3.4.1 Cessão de crédito.....	262
3.4.2 Compensação de dívidas tributárias com créditos de precatórios	263
3.4.3 Aquisição de bem público.....	265

3.4.4 Contas judiciais	266
3.4.5 Acordo direto em precatório	268
3.4.5.1 Regime jurídico-constitucional	270
3.4.5.2 Acordo direto na visão do STF	274
3.4.5.2.1 Críticas à compreensão do STF: a constitucionalidade do acordo direto.....	282
3.5 Síntese do capítulo	291
4. Desenho Institucional-Procedimental dos Modelos de Acordo Direto em Precatórios Adotados por Entes Federados Brasileiros	293
4.1 O desenho institucional do acordo direto no Município de São Paulo	294
4.1.1 A forma procedimental	296
4.1.2 Aplicação da matriz metodológica	298
4.2 O desenho institucional do acordo direto no Estado de São Paulo.....	302
4.2.1 A forma procedimental	303
4.2.2 Aplicação da matriz metodológica.....	305
4.3 O desenho institucional do acordo direto no Estado de Minas Gerais.....	308
4.3.1 A forma procedimental.....	309
4.3.2 Aplicação da matriz metodológica.....	313
4.4 O desenho institucional do acordo direto no Estado do Rio Grande do Sul	316
4.4.1 A forma procedimental	320
4.4.2 Aplicação da matriz metodológica.....	322
4.5 O desenho institucional do acordo direto no Estado do Paraná	325
4.5.1 A forma procedimental	328
4.5.2 Aplicação da matriz metodológica.....	334
4.6 Síntese do capítulo	339
Conclusão	343
Referências	359